



**Site do autor: [livrosqueardem.com](http://livrosqueardem.com)**

## **Volume I**

### **De Um Professor em Vida (Crônicas do Professor Mouzinho Oxuwa)**

## **PRÓLOGO**

Onde o narrador, sem ter morrido, já se considera falecido

Antes de me apresentar, informo ao leitor que escrevo estas memórias post mortem — não porque tenha expirado, o que seria um descanso merecido, mas porque a profissão deixou me no estado intermédio entre o vivo funcional e o morto burocrático. O Ministério, por exemplo, já me considera desaparecido: não recebo correspondência há três anos, salvo quando querem que assine algo que não me beneficia.

Se escrevo, pois, é para deixar registro da lenta decomposição de um espírito que acreditou, certa vez, que a educação era a mais nobre das artes humanas. E é, de facto, uma arte — mas praticada, em Moçambique, com o orçamento de um mágico de rua: uma cartola vazia, um lenço rasgado e a esperança de que alguém acredite no truque.

Apresento-me: Professor Mouzinho Oxuwa, homem de Letras e de Desilusões — duas ciências que, aliás, se complementam.

O leitor estranhará que, neste prólogo, eu mencione a morte com tanta naturalidade, mas devo confessar que desde o meu primeiro dia como docente senti que qualquer

esperança juvenil sairia de mim como um aluno que foge antes da última aula: sem aviso, sem saudade e com uma ligeira gargalhada ao fundo.

## **CAPÍTULO I – A CÁTEDRA DE LAMA E POEIRA**

Em que o narrador chega ao “Paraíso da Instrução” e quase volta para casa

O sol nascia com aquela arrogância habitual de quem nunca teve de enfrentar uma turma de oitava classe. A minha camisa branca — herança de tempos mais ambiciosos — colava-se ao corpo com a adesão emocional de um aluno que não faz o trabalho mas exige nota.

Caminhei até a escola. Ou melhor: caminhei até o espaço outrora conhecido como escola, que agora parecia uma alegoria arquitetônica à decadência. Muros esburacados, janelas inexistentes, um portão torto a balançar ao sabor do vento — como a esperança dos professores às vésperas do pagamento.

Recebeu-me o diretor, o sempre venerável Dr. Hilário das Dores, cujo nome anuncia a própria carreira docente. Apertou-me a mão com a solenidade de quem entrega uma sentença.

— Bem-vindo ao Paraíso da Instrução — disse ele.

Parei, olhei em volta, voltei a olhar para ele.

— Paraíso? — perguntei.

— Metáfora, professor — respondeu. — A poesia ajuda-nos a suportar.

Levei a mão aos óculos, limpei-os — não por estarem sujos, mas para ver se, por milagre, o cenário melhorava. Não melhorou.

Foi ali, frente à porta da sala 3 — cuja porta, note-se, não existia — que percebi: o meu idealismo juvenil tinha sido abatido antes mesmo da primeira chamada.

## **CAPÍTULO II – DAS CARTEIRAS AUSENTES E DO MATERIAL INVISÍVEL**

Em que se revela a profunda pedagogia do nada

A sala era um retângulo de chão batido, paredes nuas e ausência — de tudo.

Ora, o nada tem muitas formas: ali, tinha forma de não-carteira, não-janela, não-quadro e não-luz.

Ao entrar, senti-me um filósofo diante do vazio primordial. Pensei em Heráclito, pensei

em Parménides, pensei até em António, o funcionário que deveria estar ali mas não estava — e cuja ausência, devo admitir, era a mais justificada de todas.

Enquanto observava a sala, o diretor aproximou-se para fazer a grande revelação:

— Professor, por falta de materiais, adotámos uma nova metodologia:  
“Ensinamos o vazio para que aprendam, um dia, a preenchê-lo.”

Confesso ao leitor que fiquei dividido entre o riso e o choro. Optei pelo riso — é menos cansativo e mais higiênico.

Sentei-me na minha cadeira improvisada (um tijolo com ambições de banco) e abri o meu caderno. O caderno — o único objeto realmente meu naquela sala — parecia zombar de mim: um caderno bonito demais para aquele cenário.

E, então, lembrei-me de minha juventude.

### REGRESSÃO – A JUVENTUDE ILUMINADA QUE O PRESENTE OFUSCOU

Eu, jovem Mouzinho Oxuwa, acreditava que a educação era o esteio da pátria. Citava filósofos, discursava em cafés, escrevia ensaios inflamados sobre o papel do professor no “progresso nacional”.

Fui, por curto período, um idealista feroz.

Mas, como todo idealista, encontraria o mundo real com a delicadeza de um tijolo a cair no pé.

Voltemos à sala.

A primeira aula estava para começar. Eu, movido pelo hábito acadêmico, decidi preparar uma explicação sobre a Revolução Industrial. Sim, leitor: tentei ensinar máquinas a vapor numa sala sem eletricidade.

O meu computador portátil — uma espécie de fóssil digital — ligou por três minutos antes de expirar com um suspiro quase humano.

Olhei para os alunos (ainda por chegar) e suspirei também. Afinal, éramos duas máquinas exaustas.

### CAPÍTULO III – DOS ALUNOS, ESSES SERES MULTIFACETADOS

Entraram, finalmente, os meus primeiros discípulos.

Primeiro, O Esperançoso — aquele que trazia caderno, caneta e uma fé quase religiosa de que aprender mudaria alguma coisa.

Depois, O Dorminhoco Filosófico — que se sentou no fundo, recostou-se numa parede imaginária e entrou imediatamente em meditação profunda sobre o sentido da vida ou da sesta.

Seguiu-se O Pragmatista da Fuga, que aparece apenas para garantir a presença mínima exigida:

— Professor, assine aí por mim se eu sair mais cedo — disse ele, com uma sinceridade desarmante.

E por fim, claro, O Empresário do Recreio, que trazia uma sacola e um ar de quem acumulava capital mais rápido que o Estado arrecadava impostos.

Observando-os, percebi que cada turma é um microcosmo do país: esperança, evasão, sono, sobrevivência e empreendedorismo informal.

E assim começou a minha carreira no Paraíso da Instrução.

#### **CAPÍTULO IV — DOS COLEGAS DE PROFISSÃO: VENDEDORES, PROFETAS E SOBREVIVENTES**

Onde o narrador descobre que o corpo docente é uma fauna mais complexa que o currículo nacional

No intervalo — esse oásis de dez minutos onde os professores fingem que descansam e os alunos fingem que estudam — conheci os meus colegas.

Primeiro, apresentou-se o Professor Mateus da Matemática, homem de mente algébrica mas coração comercial. Enquanto me cumprimentava, abriu discretamente o casaco para revelar uma coleção impecável de capulanas, vendidas a preço de ocasião.

— Promoção só hoje, colega — disse ele. — Não é só somar e subtrair: é sobreviver.

Depois veio a Professora Judite de História, senhora que acreditava firmemente que a única história realmente relevante era a do seu próximo salário.

— A História repete-se, Mouzinho — disse ela, acenando como uma profetisa cansada. — E o atraso do ordenado também.

Por fim, conheci o Professor Cândido de Ciências Naturais, eternamente acompanhado de uma garrafa térmica, que dizia conter chá medicinal. A julgar pela maneira como

caminhava, arrisco dizer que o chá tinha mais graduação alcoólica que pedagógica.

Cada um, percebi, praticava a sua própria forma de resistência:

- Mateus resistia mercantilizando o mundo.
- Judite resistia reclamando com erudição.
- Cândido resistia anestesiando-se.

Eu, recém-chegado, resistia limpando os óculos — último gesto de quem tenta manter alguma clareza num ambiente constantemente enevoadado.

Essa era a equipa pedagógica, a tropa de elite do Paraíso da Instrução.

## **CAPÍTULO V — DOS REQUERIMENTOS INFINITOS E DO SALÁRIO QUE EVAPORA**

Em que o narrador tenta receber o que lhe é devido, mas apenas recebe formulários

Os leitores que nunca tentaram receber um salário no sector público acreditam, ingenuamente, que basta trabalhar. Ah, que doçura de ilusão! Trabalhar é apenas o prólogo. O romance mesmo começa nos corredores da burocracia.

O Diretor Hilário chamou-me para “tratar de assuntos administrativos”. A palavra “administrativos” já me provocou uma câimbra no espírito.

Sentou-me à frente e estendeu uma pilha de papéis capaz de soterrar uma cabra adulta.

— Para receber o seu salário, professor, precisa preencher estes requerimentos.

— Todos? — perguntei.

— Sim.

— E para que servem?

Ele sorriu com aquela filosofia de quem já se habituou à tragédia:

— Para provar que está vivo.

Assinei, carimbei, preenchi, declarei, anexei documentos, desanexei, voltei a anexar. Quando terminei, já tinha envelhecido o suficiente para pedir a reforma .

Dias depois, fui ao banco — o templo onde a fé do trabalhador vai para ser testada.

O funcionário consultou o sistema, franziu a testa e disse:

— O seu salário ainda não caiu.

— Mas não era para hoje?

— Sim, mas caiu antes de cair.

— Como assim?

— Evaporou — respondeu, com a serenidade de um meteorologista anunciando a seca anual.

Voltei para casa mais leve — literalmente, pois o bolso vinha vazio.

## **CAPÍTULO VI — A FILOSOFIA DA RESIGNAÇÃO PEDAGÓGICA**

Onde o narrador descobre que, para sobreviver à escola, é preciso praticar uma metafísica própria

A meio do semestre, percebi que todos os professores do Paraíso da Instrução partilhavam uma mesma doutrina filosófica: a resignação pedagógica.

Trata-se de uma escola de pensamento que não está nos livros, mas nas olheiras:

- Não se indigne — aceite.
- Não espere — adapte-se.
- Não lute — contorne.
- Não questione — filosofe.

A filosofia da resignação tem quatro pilares:

### **1. A Lei da Improvisação Permanente**

Se falta giz, escreva com carvão.

Se falta quadro, escreva na parede.

Se falta parede, escreva no ar — e torça para que alguém leia.

### **2. O Princípio do Otimismo Estatístico**

“Metade da turma faltou” — diz o relatório.

“Excelente!” — diz o diretor.

“É sinal

### 3. A Ontologia do Tempo Flexível

O tempo, para o professor, não é linear.  
É um carrossel: gira, repete, atordoante.  
O calendário escolar é mais ficção que calendário.

### 4. A Metafísica do Salário Fantasma

O salário existe.  
Só não coincide com o mundo material.

Certa manhã, disse ao Professor Mateus:



Ele inclinou-se para mim, sábio como um filósofo grego do Zambeze:

— Mouzinho  
No ensino, quem não aprende a rir, suicida-se espiritualmente.

Levei a mão aos óculos.  
Limpei-os.  
E pela primeira vez desde que ali chegara, ri de verdade.

Era oficial: eu também estava a tornar-me parte da fauna docente.

## **CAPÍTULO VII — O DIA EM QUE CHOVEU DENTRO DA SALA**

Em que o clima decide participar ativamente da aula

Há dias em que Deus, cansado de ver o professor a lutar sozinho, resolve meter a mão  
— infelizmente, para piorar.  
Era época de chuvas, e como todo professor sabe, a meteorologia escolar tem duas  
estações: calor insuportável e chuva apocalíptica.

Naquela manhã, notei que o céu parecia disposto a cair. O vento soprava com a  
impaciência de burocrata. A aula mal começara quando ouvi o primeiro ping... depois  
outro... e em menos de um minuto, a sala transformou-se numa versão pedagógica das  
cataratas do Niágara.

O Dorminhoco Filosófico abriu os olhos pela primeira vez no semestre e murmurou:

— Professor, está a chover dentro da sala.

Respondi com a naturalidade de quem já viu demais:

— Sim, meu filho. É o novo método do Ministério: aprendizagem por imersão.

O Esperançoso levantou cuidadosamente o seu caderno, tentando protegê-lo como se fosse um recém-nascido.

O Empresário do Recreio rapidamente percebeu uma oportunidade de negócio:

— Água mineral! Quem quer? Quem quer?

E assim, sob chuva torrencial, continuei a aula sobre os efeitos da meteorologia em sociedades agrícolas — tema que, devo admitir, ganhou relevância empírica naquele momento.

A tempestade durou vinte minutos.

A chuva dentro da sala, vinte anos.

## **CAPÍTULO VIII — A AULA DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL À LUZ DE UMA VELA**

Onde o narrador tenta explicar máquinas a vapor sem eletricidade

O leitor instruído talvez imagine que ensinar História seja simples: basta explicar o passado.

Ah, se fosse assim!

No Paraíso da Instrução, ensinar História exige sobretudo talento teatral.

Naquele dia, acordei decidido a falar da Revolução Industrial. Preparara slides — otimismo tolo — e até vídeos históricos. Mas ao chegar à escola, descobri que:

1. Não havia eletricidade.
2. A minha bateria durava dois suspiros.
3. O sol estava forte demais para usar a claridade.
4. A sala não tinha janelas — e as que tinham, não tinham vidro.

Então, fiz o que qualquer docente resiliente faria: improvisei.

Tirei da mochila uma vela.

Sim, uma vela.

Herança de uma época em que o professor fulano me ensinou que o apagão é tão certo quanto o fim do mês.

Acendi-a, recuei um passo, e disse solenemente:

— Meus caros, foi assim que começou a modernidade: com máquinas, fábricas e

muita fumaça. Hoje teremos apenas a fumaça.

O Dorminhoco, que sempre dormia, abriu um olho e perguntou:

— Professor, isto quer dizer que estamos na Idade das Trevas?

— Não, meu filho — respondi. — As Trevas tinham mais recursos.

E assim expliquei locomotivas gesticulando à luz trêmula da vela, enquanto a turma me olhava como se eu fosse uma espécie de padre, mágico ou fantasma do sistema educacional.

Foi a primeira aula a que ninguém faltou.

Afinal, espetáculo é espetáculo.

## **CAPÍTULO IX — O CONSELHO DE ESCOLA: A TRAGÉDIA ANUAL EM QUATRO ATOS**

Em que professores fingem acreditar no sistema e o sistema finge acreditar nos professores

O Conselho de Escola é, para o professor, o equivalente a um ritual iniciático misturado com tortura leve.

Todos se reúnem numa sala quente — quente de temperatura e de ressentimentos — para “avaliar o ano”.

O Diretor Hilário abriu a sessão com uma frase que já sabia de cor:

— Caros colegas, este ano tivemos grandes progressos.

Todos se entreolharam, e por um instante temi que alguém começasse a rir alto. Ninguém riu. Era pior: estavam habituados.

A reunião, como sempre, dividiu-se em quatro atos.

### **ATO I — O INVENTÁRIO DAS MISÉRIAS**

Professora Judite levantou-se, pousou os óculos no nariz, e declamou:

— Faltou água, luz, carteiras, giz, portas, janelas, professores, alunos, livros e salários.

O Diretor anotou tudo no caderno.

Sabíamos que aquelas notas iriam diretamente para a gaveta das inutilidades oficiais.

---

## ATO II — A DISCUSSÃO SOBRE A DISCIPLINA

Professor Cândido disse:

— Os alunos estão muito indisciplinados.

Professor Mateus replicou:

— Indisciplinados por quê? Têm fome, não têm transporte, não têm motivação.

— Mas têm energia — corrigiu Cândido. — Pelo menos para correr atrás da bola no recreio.

Foi a única verdade absoluta da reunião.

---

## ATO III — A FALSA ESPERANÇA

O Diretor Hilário informou, com uma aura quase religiosa:

— No próximo ano, teremos melhorias.

Já se ouvira essa frase tantas vezes que se começava a acreditar que é uma tradição oral, passada de diretor para diretor como uma profecia que ninguém pretende cumprir.

---

## ATO IV — A APROVAÇÃO DOS ALUNOS

Sim, leitor: é aqui que a hipocrisia vence e a justiça perde.

O Pragmatista da Fuga foi aprovado por “participação mínima”.

O Dorminhoco foi aprovado porque, segundo o Diretor, “compareceu espiritualmente”.

O Empresário do Recreio foi aprovado porque “mostrou capacidade empreendedora”.

Só o Esperançoso foi avaliado de verdade... e aprovado por mérito.

Ironias do destino: o único que acreditava no sistema foi o único que não precisou de atalho.

No fim, saímos todos cansados mas conformados.

Afinal, o Conselho de Escola é como uma peça que já sabemos de cor, mas continuamos a representar porque alguém insiste em vender bilhetes.

## **CAPÍTULO X — O FUTURO PROMETIDO QUE NUNCA CHEGA**

Em que o narrador descobre que o futuro, no sistema educativo, é uma entidade metafísica

Ao final de cada ano letivo, o Ministério envia uma circular anunciando grandes avanços.

Os professores, já calejados, tratam essas mensagens como cartas de amor enviadas por um pretendente que nunca aparece ao encontro: lê-se com um sorriso, guarda-se numa gaveta e tenta-se esquecer.

A circular daquele ano dizia:

“A partir do próximo semestre, todas as escolas serão equipadas com computadores modernos, bibliotecas digitais e sistemas de avaliação integrados.”

Ao terminar de ler, levantei o olhar para a minha sala — que tinha ainda menos equipamentos do que quando cheguei — e concluí que o Ministério, tal como Deus, escreve direito por linhas tortas... e às vezes nem escreve, apenas imagina.

Os alunos, entretanto, começaram a ouvir rumores de que a escola receberia tablets.

O Esperançoso, com olhos brilhando, perguntou:

— Professor, vamos ter mesmo computadores?

— Sim — respondi — mas primeiro precisamos de eletricidade, mesas, cadeiras, portas e paredes.

— Então... não vamos ter?

Suspirei e limpei os óculos, esse gesto involuntário que, confesso, substitui o choro.

O futuro, percebi, é sempre um ser simpático que visita outras escolas, outras regiões, outros países... mas aqui nunca chega.

Talvez se perca no caminho, talvez troque de machimbombo, talvez nem saiba que existimos.

Mas nós, professores, fingimos que acreditamos.

É preciso manter o teatro funcionando.

## CAPÍTULO XI — O MISTÉRIO DA VERBA DESAPARECIDA

Em que o narrador descobre que a burocracia é a arte de fazer o dinheiro evaporar — com recibo

Se algum filósofo moderno desejasse provar a existência do além, eu recomendaria que estudasse o funcionalismo público: ali, quase tudo vive numa dimensão paralela, especialmente o dinheiro. Mas comecemos pelo início.

O Diretor Hilário — cujo nome, repito, é um desrespeito estatístico, já que poucas vezes o vi rir — surgiu à porta da minha sala com uma espécie de espasmo facial que, num homem mais treinado, poderia ser confundido com alegria. Nas suas mãos trazia um papel, esse sacramento laico da nossa era.

— Professor Mouzinho ! — exclamou, ofegante, como quem anuncia a chegada do Messias — O Ministério, na sua imaculada clarividência, aprovou uma verba substancial para “Melhoria de Infraestruturas e Aquisição de Material Didático”.

Olhei para o muro de barro rachado, as janelas invisíveis e o chão cujo pó já me tratava por tu. Senti o brotar, dentro de mim, daquele otimismo juvenil que deveria ter sido extinto pelo tempo, como certas doenças medievais.

— Excelente, Diretor! Talvez possamos comprar giz! E até — ousar sonhar — um quadro que não se desfaça ao vento!

O sorriso breve evaporou-se do rosto dele como água num país tropical.

— Mouzinho... — disse ele, num tom de padre preparando a confissão do penitente — Uma verba no papel não é uma verba no mundo. Para isso, precisamos de um ritual. Um processo. Um caminho iniciático que passa pelo Corredor da Não-Existência.

### A Jornada ao Labirinto dos Requerimentos

Fui então enviado à capital administrativa, armado apenas com uma pasta repleta de formulários, carimbos e uma declaração que afirmava, com frieza notarial, que eu continuava vivo — ou, pelo menos, vivo o suficiente para requerer recursos.

A odisséia que se seguiu faria Ulisses pedir uma transferência para Ítaca.

### Guiché 1: A Prova de Vida

O funcionário dormia de olhos fechados e espírito aberto. Pediu-me doze cópias autenticadas da minha identidade. O que mais me impressionou foi que ele não as viu; apenas as carimbou com a leveza de um monge que abençoa fiéis sem reconhecê-los.

## Guiché 2: O Carimbo da Dúvida

A senhora do segundo guiché vestia-se como a personificação da Lei. Solicitou o Requerimento de Necessidade Urgente de Giz.

Expliquei que giz não era urgente — era vital.

— No papel, professor, a prioridade é o requerimento — corrigiu ela, com a serenidade de quem acredita que o universo é formado por formulários duplicados.

## Guiché 3: O Funcionário Filósofo

Depois de longas horas, encontrei um jovem de óculos modernos, expressão fatigada e alma extraviada. Ele examinou o processo como quem lê um testamento inexistente.

— Professor... o Fundo Básico de Infraestruturas já foi movimentado.

— Movimentado? — perguntei, com esperança temerosa — Isto é, gasto?

— Não. Transferido para um projeto-piloto. Um projeto de excelência.

Leu o nome em voz alta, com uma solenidade que o documento não merecia:

“Projeto: Escola do Futuro”.

Senti primeiro um tremor, depois uma tosse involuntária, e finalmente uma gargalhada franca — tão franca que se tornou indecente naquele templo da burocracia.

— A Escola do Futuro? Mas nós somos do presente, meu caro!

— Pois... — disse ele, com filosofia quase budista — A verba foi usada para planejar o futuro, não para sustentar o presente. No papel, vocês já evoluíram.

## A Verdade Metafísica da Verba

Voltei ao Paraíso da Instrução mais leve — porque tinha perdido dinheiro, forças e um pouco da minha fé administrativa.

Relatei tudo ao Diretor Hilário, que ouviu com o mesmo ar de sacerdote que assiste a uma tragédia pela milésima vez.

— Viu, Mouzinho ? — disse ele — O nosso dinheiro não desapareceu. Sublimou-se. É como o salário fantasma... mas para edifícios.

— E o giz? — perguntei, com humildade débil.

— Use carvão. E filosofe.

Limpei os óculos — não por estarem sujos, mas porque a realidade estava demasiado nítida. Percebi, então, que o meu otimismo tinha morrido pela primeira vez.

E, como todo cadáver burocrático, ninguém deu por isso.

## **CAPÍTULO XII — A TURMA QUE ME QUASE MATOU**

Onde o narrador confirma que o sistema educativo é perigoso para a saúde mental

Toda escola tem uma turma especial.

Não falo de talento, inteligência ou brilho académico.

Falo daquela turma que o próprio Diabo enviaria para aprender técnicas de destruição emocional.

No meu caso, era a Turma 9B.

O Empresário do Recreio desta vez tinha concorrência: um aluno recém-chegado conhecido como O Distribuidor, que vendia de tudo — desde bolachas, canetas, refrescos improvisados e até cadernos de segunda mão reescritos a lápis.

O Dorminhoco Filosófico, naquela turma, tinha um primo: O Existencialista, que nunca fazia nada, mas sempre perguntava:

— Professor... para quê?

Era a pergunta que mais me feriu, confesso.

Pois também eu já não sabia responder com honestidade.

A 9B era especialmente notável por duas características:

1. Falar todos ao mesmo tempo, como se quisessem provar que democracia é barulho.

2. Nunca terminar uma atividade, como se quisessem provar que o futuro é inútil.

No dia mais memorável, tentei explicar a diferença entre fato e opinião.

— Por exemplo — disse eu — é um fato que a escola tem problemas estruturais.

— É opinião! — gritou O Distribuidor, rindo.

— Não — corriji — fato é algo que se prova.

— Se não provam, não é fato.

E ali percebi que estava perante um génio da retórica pós-moderna.

Depois de vinte minutos, eu já suava como um atleta e respirava como um sobrevivente de naufrágio.

O Professor Mateus, passando pela porta, espreitou a turma e murmurou:

— Coragem, Mouzinho ... todos nós temos a nossa cruz.

Saí da aula com a sensação de que me tinham arrancado dez anos de vida.

A idade não avançava: galopava.

Foi a primeira e única vez que pensei seriamente em pedir transferência para uma escola menos turbulenta — como, por exemplo, um campo de guerra.

### **CAPÍTULO XIII — REGRESSÃO II: O DIA EM QUE QUASE DESISTI DE SER PROFESSOR**

Em que o narrador recorda o momento em que seu idealismo quase morreu — pela segunda vez

Muito antes de chegar ao Paraíso da Instrução, antes do pó, da chuva, dos formulários e dos alunos metafísicos, houve um momento crucial na minha formação.

Eu era ainda um jovem Mouzinho Oxuwa, fresco de universidade, recém-saído de debates filosóficos onde se discutia o destino da humanidade entre goles de café fraco.

Fui enviado para uma escola rural na minha primeira colocação.

Ceguei cheio de entusiasmo — entusiasmo que, hoje, considero um distúrbio temporário da juventude.

No primeiro dia, entrei na sala para ensinar Camões.

A turma olhava-me com uma mistura de reverência e fome. Literalmente fome.

Comecei:

— “As armas e os barões assinalados...”

Um aluno levantou a mão:

— Professor, quem são esses barões? Eles trazem comida?

Outro perguntou:

— Esse Camões é do nosso bairro?

E ali, naquele instante, percebi que o mundo que eu trazia nos livros não cabia na vida deles.

Não era falta de inteligência. Era excesso de realidade.

Depois da aula, sentei-me à sombra de uma mangueira e pensei seriamente:

— Isto é impossível. Vou desistir.

Mas o Diretor daquela escola — um homem sábio, de poucas palavras e muitas rugas — sentou-se ao meu lado e disse:

— Mouzinho, ensinar é como semear numa terra seca. Se desistir porque não germina no primeiro ano, nunca colherá nada.

Levantei-me, voltei à sala, e continuei a ensinar — talvez não Camões, mas o que dava, como dava e para quem precisava.

Foi naquele dia que aprendi algo que nenhum livro me ensinou:

Não é o professor que salva os alunos; são os alunos que salvam o professor — um pouco de cada vez.

E assim voltei ao presente, no Paraíso da Instrução, percebendo que a minha teimosia de continuar vinha daquela sombra antiga, daquela frase simples.

#### **CAPÍTULO XIV — O DIA DA VISITA OFICIAL: A GRANDE FARSA NACIONAL**

Em que o narrador descobre que limpeza moral e limpeza escolar só existem quando há câmaras

No Paraíso da Instrução, onde o pó tem mais assiduidade que muitos professores, há dias em que tudo muda — superficialmente, claro. E o leitor atento já adivinha: refiro-me ao dia em que recebemos a visita oficial do Ministério.

Acordei com um barulho incomum, semelhante ao de uma revolução, mas com menos convicção. Eram funcionários a limpar. Sim, limpar. Eu, homem já treinado para duvidar do impossível, esfreguei os olhos — não por tiques filosóficos, mas por

incredulidade prática.

A escola fervilhava. A direção corria como se administrasse um hospital em plena guerra. Houve até quem tentasse colocar vidros fictícios nas janelas reais — a tentativa falhou quando o vento levou uma das cortinas improvisadas e revelou, ao Ministro, a impressionante vista para o mato adjacente.

— Professor Mouzinho ! — gritou o Diretor, ofegante. — Hoje não há aulas. Há... demonstrações pedagógicas!

Ora, demonstração pedagógica é o nome oficial da farsa organizada para impressionar quem vem de cima.

As carteiras quebradas foram empurradas para uma sala interdita — chamada, naquele dia, “Arquivo Temporário”. Distribuíram cadernos novos apenas aos alunos estrategicamente selecionados: aqueles com uniformes completos, ou pelo menos semelhantes. O Dorminhoco Filosófico foi proibido de entrar — alegaram que roncava demasiado para uma visita de Estado.

Pouco antes da chegada da comitiva, os colegas compuseram-se. A professora de História, que normalmente fala da Revolução Francesa como quem anuncia o preço da mandioca, ensaiava frases inspiradas sobre “patrimônio cultural”. O professor de Matemática, que vende capulanas no recreio, escondeu os panos atrás da secretária e passou a imagem de rigor académico.

Eu, por minha vez, permaneci onde devia: no coro silencioso dos cétricos resignados.

A comitiva entrou. Flashes. Perfis solenes. Sorrisos de catálogo. O Ministro percorreu as salas com o passo de quem caminha por um jardim impecável — ignorando o facto de que, horas antes, uma cabra circulava por ali como funcionária honorária.

— Muito bem, muito bem — dizia ele, acenando como se abençoasse. — Vejo progresso.

Progresso é sempre aquilo que o visitante decide que existe — nunca aquilo que o habitante sabe que falta.

No auge da cerimónia, chamaram o aluno mais aplicado — O Esperançoso — para ler um texto que, asseguro ao leitor, não fora escrito por ele, mas pela professora de Português, que o redigiu às pressas numa folha arrancada do seu caderno de desabafos poéticos.

O Esperançoso, no entanto, leu com brilho. Brilho sincero. Brilho que não se finge.

E o Ministro, com uma expressão de satisfação estratégica, declarou:

— É este o futuro de Moçambique.

Eu, com a minha ironia habitual, pensei: “Se é este, então ao menos há um.”

Quando a comitiva partiu e as câmaras desapareceram, a escola desabou de alívio. As cortinas improvisadas caíram, a poeira regressou ao seu trono, o Dorminhoco voltou a dormir, e o professor de Matemática reabriu discretamente o seu bazar ambulante.

A farsa nacional terminara.

Mas, como toda farsa, deixou um rastro de verdade amarga:

Não limpámos a escola.

Limpámos apenas a consciência — por algumas horas.

## **CAPÍTULO XV — O ESPERANÇOSO E O MILAGRE DA APRENDIZAGEM**

Em que o aluno mais improvável prova ao narrador que ainda vale a pena

O leitor já conhece O Esperançoso: aquele que aparece sempre com um caderno intacto, uma caneta relutante e um brilho que desafia a própria precariedade. Pois bem, chegou o momento de lhe dedicar um capítulo inteiro.

Certa manhã, encontrei-o a tentar consertar uma carteira com um pedaço de arame. Perguntei-lhe o que fazia.

— Professor, se esperar pela escola, não me sento este ano.

Respondi-lhe com a sinceridade típica dos velhos cansados de ilusões:

— Meu rapaz, isso não devia ser tarefa de aluno.

Ele sorriu, imperturbável:

— Então será tarefa de quem fizer.

Ali, naquele gesto simples, percebi a diferença entre esperança e ingenuidade: a esperança age; a ingenuidade espera.

Passei a observá-lo com mais cuidado. Era ele que chegava primeiro, lia mais devagar, perguntava mais fundo. Nunca exigia nada, mas queria tudo — tudo o que pudesse aprender.

Houve um episódio decisivo. Estávamos a estudar metáforas. Pedi que cada aluno inventasse uma. Foram produzidos desastres literários dignos de museu. Até que O Esperançoso levantou a mão e disse:

— Professor, a escola é como uma vela velha. Luz fraca, mas ainda luz.

Fiquei sem saber se corrigia ou aplaudia. Acabei aplaudindo — mentalmente, claro, para não comprometer a minha reputação de cínico.

Nesse dia, percebi o tal “milagre da aprendizagem”. Não era que ele tivesse aprendido metáfora. Era que ele a vivera.

O milagre estava na resistência.

E, confesso ao leitor, O Esperançoso salvou-me naquele instante. Recordou-me o que o Diretor sábio da minha juventude me dissera: há sementes que demoram anos a brotar.

Mas brotam.

E, às vezes, brotam no meio dos escombros.

## **CAPÍTULO XVI — A NOITE EM QUE PERDI A VOZ, MAS GANHEI A LUCIDEZ**

Em que um acidente fisiológico produz uma revelação filosófica

Aconteceu numa noite abafada, daquelas em que o calor nos empurra para reflexões inúteis. Eu corrigia testes — nada que recomendo a pessoas fragilizadas — quando senti a voz falhar.

Tentei chamar a senhora que trazia água fresca.

Nada.

Silêncio absoluto.

Fiquei aflito, claro. Perder a voz é trágico para um professor — é como perder o pincel para o pintor, ou o salário para o funcionário público: uma perda existencial.

Mas, como sempre, foi no desespero que encontrei a filosofia.

Passei horas sem falar. E ao silenciar-me, comecei a ouvir. Ouvi o barulho distante da chuva no zinco, o som de um rádio na casa ao lado, o riso solto de um grupo de jovens na rua. Ouvi até as minhas próprias memórias — que, como velhos amigos,

aproveitam qualquer brecha para aparecer sem convite.

Numa dessas memórias, revi o jovem professor idealista da Regra II. Vi-me sentado sob a mangueira, prestes a desistir. E percebi algo desconfortável: continuo o mesmo, só com menos cabelo e mais ironia.

Ao amanhecer, a voz voltou.

Mas descobri que, afinal, não era a voz que me faltava — era perspectiva.

E, pela primeira vez em muito tempo, senti-me lúcido.

Claro como o silêncio que me acompanhara.

## **EPÍLOGO — ONDE O NARRADOR MORRE PELA TERCEIRA VEZ, MAS CONTINUA VIVO**

Em que a morte é apenas mais uma metáfora administrativa

Morrer uma vez é natural. Duas, literário. Três, administrativo.

Descobri, certa manhã, que no sistema oficial eu constava como falecido. Uma data precisa, registada com frieza: morri às 14h37 de um dia em que, supostamente, eu dava aula sobre orações subordinadas. Morrer durante uma aula dessas não é improvável — mas eu estava vivo, garantidamente.

Alguém sugeriu que eu regularizasse a situação.

Mas confesso ao leitor: hesitei.

Ser morto oferece muitas vantagens. Nenhuma obrigação, nenhum relatório, nenhuma visita oficial.

A morte burocrática, essa sim, é um descanso.

Pensei, por alguns dias, em adotar o falecimento.

Mas então vi O Esperançoso entrar na sala com o caderno apertado ao peito. E percebi que ainda havia trabalho a fazer.

Continuei vivo — não por mim, mas por ele.

E por todos os que, silenciosamente, esperam que o mundo não desista deles primeiro.

Termino, pois, estas memórias póstumas ainda respirando, embora com moderação.

E deixo ao leitor a última ironia:

Nem sempre é a morte que nos mata.

Às vezes é a vida que insiste em continuar.

## **Fim Provisório**

### **Continuação**

### **Volume II**

## **O Ministério das Esperanças Perdidas**

### **(Crônicas do Professor Mouzinho Oxuwa)**

#### **I — Do Convite Oficial, ou A Arte de Ser Convocado**

Recebi numa terça-feira — dia que, por tradição administrativa, já nasce cansado — um envelope com o selo do Ministério.

Abri-o com a reverência de quem abre uma sentença.

Dentro estava um convite:

“Convoca-se o Professor Mouzinho Oxuwa para participar na Reunião Estratégica de Reestruturação Pedagógica do Futuro Educacional.”

A frase era tão longa que suspeitei imediatamente de duas coisas:

1. ninguém sabia exatamente do que se tratava;
2. seria uma reunião.

E não falhei.

Compareci pontualmente, o que é sempre um erro num encontro administrativo, pois quem chega a horas descobre o silêncio estrutural do sistema.

A sala estava quase vazia.

Havia apenas três elementos essenciais à governação moderna:

- uma mesa grande demais
- uma jarra de água que ninguém beberia
- e um projetor que não funcionava.

#### **II — Da Primeira Revelação Administrativa**

A reunião começou quarenta minutos depois da hora marcada, o que, no serviço público, é considerado pontualidade entusiástica.

O responsável levantou-se e anunciou com solenidade:

— Estamos aqui para discutir a melhoria urgente da qualidade do ensino.

Todos assentimos com a gravidade de quem acaba de descobrir que a água molha.

O projetor foi ligado.

Não funcionou.

Chamaram um técnico.

O técnico observou o aparelho com a atenção de um médico diante de um paciente terminal e declarou:

— Falta energia.

Olhei para os presentes.

Estávamos num edifício ministerial.

Sem eletricidade.

Foi nesse momento que percebi que a reunião sobre o futuro da educação começara exatamente como muitas aulas no Paraíso da Instrução.

Com escuridão.

### **III — Digressão Sobre o Progresso**

Permita-me, leitor, uma breve reflexão.

O progresso administrativo tem uma característica curiosa: ele existe principalmente nos relatórios.

No papel, tudo floresce:

- escolas modernizadas
- bibliotecas digitais
- professores capacitados

- alunos inspirados

Mas no mundo real, o progresso move-se com a velocidade de um caracol burocrático — animal que, aliás, talvez fosse um excelente ministro da Administração Pública, pois já domina a arte de avançar sem sair do lugar.

#### **IV — A Grande Ideia**

Depois de uma hora de debates circulares, surgiu a proposta central da reunião.

Um jovem consultor — desses que falam com gráficos imaginários — declarou:

— Precisamos inovar.

Todos concordaram.

— Precisamos de tecnologia.

Todos concordaram novamente.

— Precisamos digitalizar o ensino.

Nesse momento, levantei a mão com timidez pedagógica.

— Peço desculpa — disse — mas muitas escolas ainda não têm eletricidade.

O consultor sorriu com a benevolência de quem explica astronomia a um peixe.

— Professor, o futuro não pode esperar pelas infraestruturas.

Fiquei em silêncio por alguns segundos.

Era uma frase admirável.

Infelizmente, a realidade tem o péssimo hábito de esperar pelas tomadas.

#### **V — A Decisão Final**

Ao final da reunião, aprovou-se um plano ambicioso:

“Programa Nacional de Educação Digital Avançada.”

O documento tinha quarenta páginas.

Nenhuma mencionava energia elétrica.

Saí da sala com o relatório debaixo do braço e um pensamento pesado na cabeça.

No corredor encontrei o técnico que tentara ligar o projetor.

Perguntei-lhe:

— Já voltou a luz?

Ele respondeu com serenidade científica:

— Ainda não, professor. Mas já fizeram o relatório sobre ela.

### **Conclusão**

Voltei ao Paraíso da Instrução naquela tarde e encontrei o Esperançoso sentado numa carteira torta, lendo à luz da janela.

Olhei para ele e pensei que, afinal, o Ministério não estava completamente errado.

O futuro da educação existe.

Apenas não mora nos ministérios.

Mora nos alunos.

E, como muitas coisas importantes neste país, funciona mesmo quando não há eletricidade.

### **Frase final**

No nosso sistema educativo, o futuro é sempre muito bem planeado — apenas se esquece de chegar.

## **Volume III**

### **Manual de Sobrevivência Pedagógica (Crônicas do Professor Mouzinho Oxuwa)**

#### **I — Da Ordem Ministerial e Outras Catástrofes Naturais**

Há acontecimentos na vida de um professor que merecem estudo científico. Um deles é o momento em que chega uma nova circular do Ministério.

Foi numa manhã abafada — daquelas em que o calor parece ter sido contratado pelo Estado para testar a resistência moral dos funcionários — que o Diretor Hilário das Dores entrou na sala dos professores com um papel tremulando nas mãos.

Quando um diretor entra com papel na mão, duas hipóteses se apresentam:

1. Ou alguém será promovido.
2. Ou todos serão prejudicados.

Como as promoções no ensino público são tão raras quanto eclipses solares completos, deduzi imediatamente a segunda hipótese.

— Colegas — disse o diretor, com a voz grave de quem anuncia uma reforma histórica — chegou um novo Manual de Procedimentos Pedagógicos Modernos.

A palavra manual é sempre perigosa. Ela implica que alguém, em algum escritório distante, decidiu ensinar aos professores como ensinar.

#### **II — Da Primeira Regra do Novo Ensino**

O manual tinha quarenta e duas páginas, todas escritas numa linguagem que só pode ser descrita como burocracia poética.

A primeira regra dizia:

“O professor deverá promover ambientes pedagógicos dinâmicos e tecnologicamente integrados.”

Levantei os olhos.

A minha sala tinha:

- três paredes completas
- uma parede metafórica
- e uma janela que funcionava principalmente como entrada de poeira.

Perguntei ao Diretor:

— O manual menciona também paredes?

Ele suspirou.

— Não, Mouzinho. O manual assume que elas existem.

Foi nesse momento que percebi uma das leis fundamentais da administração pública:

no papel, as infraestruturas são sempre excelentes.

### **III — Digressão Sobre a Ciência da Sobrevivência**

Permita-me, leitor, uma observação filosófica.

O professor africano desenvolveu ao longo das décadas uma habilidade raríssima: a pedagogia da sobrevivência.

Essa ciência não é ensinada nas universidades.

Seus princípios são simples:

- Se falta giz, use carvão.
- Se falta quadro, use a parede.
- Se falta parede, use o ar.
- E se faltar tudo, use o humor — que ainda não foi regulamentado pelo Ministério.

Essa pedagogia improvisada tem produzido gerações inteiras de estudantes, o que demonstra que o sistema educativo possui uma força misteriosa: funciona apesar de si mesmo.

### **IV — A Aula Modelo**

Segundo o manual, todos os professores deveriam realizar uma “aula modelo

inovadora” para demonstrar a aplicação das novas metodologias.

Escolheram a minha turma.

Entrei na sala com o manual numa mão e uma vela na outra — porque, como o leitor já sabe, a eletricidade é uma visitante ocasional.

Abri o livro na página da metodologia interativa e anunciei:

— Hoje teremos uma aula moderna.

Os alunos olharam-me com desconfiança científica.

— Professor — perguntou o Dorminhoco Filosófico — moderna como?

— Moderna no papel — respondi.

Expliquei que o manual recomendava o uso de recursos digitais e participação colaborativa.

O Empresário do Recreio levantou a mão.

— Professor, posso vender participação?

Confesso que por um segundo considerei a proposta. Afinal, seria a primeira atividade económica oficialmente integrada no currículo.

## **V — A Visita de Avaliação**

Naturalmente, dias depois chegou um avaliador do Ministério.

Esses avaliadores possuem uma característica curiosa: aparecem sempre depois de o problema acontecer.

Assisti à minha aula em silêncio, anotando coisas num caderno.

Ao final perguntou:

— Professor Mouzinho, como avalia a implementação do novo manual?

Pensei por alguns segundos e respondi com sinceridade pedagógica:

— Excelente no papel, moderada na realidade e heroica na prática.

Ele anotou algo.

Espero sinceramente que tenha escrito “professor honesto”, embora suspeite que tenha registado “professor problemático”.

### **Conclusão**

Naquela tarde sentei-me no pátio da escola e observei os alunos a sair.

Entre eles vinha O Esperançoso, carregando livros gastos mas olhar firme.

Foi então que compreendi algo curioso.

Os manuais, os relatórios e os programas educativos mudam todos os anos.

Os alunos continuam a chegar.

E os professores continuam a ensinar.

Talvez seja esse o verdadeiro manual do ensino.

### **Frase final**

No nosso sistema educativo, os manuais mudam todos os anos — mas o improvisado continua a ser o método oficial.

**FIM**